MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com
@colunamagnavita

Desembargador Claudio Mello Tavares participa de reunião do TSE em Brasília

O vice-presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ), desembargador Claudio Mello Tavares, esteve na reunião entre a ministra Cármen Lúcia, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e presidentes dos TREs de todo o país, nesta terça-feira (19), em Brasília.

Também participou do encontro a desembargadora Andréa Pachá, secretária-geral da Presidência do TSE e magistrada do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ).

Na reunião, foram tratadas questões relativas à organização das eleições 2026. A ministra Cármen Lúcia ouviu demandas dos magistrados e ações implementadas nos TREs. Os dirigentes alinharam estratégias para a realização do pleito eleitoral.

O desembargador Claudio Mello Tavares representou o TRE no encontro pois o atual presidente da Corte Eleitoral, desembargador Peterson Barroso Simão, encerrará seu mandato em dezembro deste ano, antes das eleições.

Fotos CM

A presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, com o desembargador Claudio Mello Tavares

Além da ministra Cármen Lúcia e o desembargador Claudio Mello Tavares, reuniu contou com a presença do presidentes dos TREs de todo o país

Regina Helena Fábregas Ferreira e Carlos Fernando Potyguara Pereira tomam posse como desembargadores do TJRJ

Os magistrados Regina Helena Fábregas Ferreira e Carlos Fernando Potyguara Pereira tomaram posse, nesta segunda-feira, 18 de agosto, como os mais novos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A cerimônia, conduzida pelo presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Couto de Castro, contou com a presença de magistrados, representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, advogados, familiares e convidados que lotaram o Plenário Ministro Waldemar Zveiter, no Fórum Central do Judiciário fluminense.

A magistrada Regina Fábregas foi promovida pelo critério de merecimento, em vaga decorrente da aposentadoria da desembargadora Maria Augusta de Figueiredo. Já o magistrado Carlos Potyguara foi promovido pelo critério de antiguidade, na vaga decorrente da aposentadoria do desembargador Fernando Foch.

Primeira a prestar o compromisso e assinar o termo de posse, a magistrada Regina Helena Fábregas foi conduzida ao plenário pela 1ª vice-presidente do TJRJ, desembargadora Suely Lopes Magalhães, e pelo desembargador Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca Passos e pela desembargadora Cláudia Telles de Menezes.

Em seguida, foi a vez do magistrado Carlos Fernando Potyguara Pereira prestar o compromisso e assinar o termo de posse. Ele foi conduzido pelos desembargadores José Roberto Portugal Compasso, Marcelo Castro Anátocles da Silva Ferreira e Antônio da Rocha Lourenço Neto.

O presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Couto de Castro parabenizou os novos desembargadores, elogiando a trajetória que os levaram à assumirem o novo desafio, agora como desembargadores. "Esse momento é aquele em que observamos a nossa caminhada na magistratura. Regina Helena e Carlos Fernando. Ambos têm uma caminhada ainda pela frente, mas o caminho que os trouxe até aqui é de êxito. E, hoje, isso se reflete no ápice da carreira através da promoção. É um momento de muita alegria para o nosso tribunal, tê-los, agora, como desembargadores", ressaltou.

A cerimônia contou com as presenças dos desembargadores Miguel Pachá (presidente do TJRJ, biênio 2003-2004); José Carlos Murta Ribeiro (presidente do TJRJ, biênio 2007-2008); Luiz Zveiter (presidente do TJRJ, biênio 2009-2010), e do 1° vice-presidente da Amaerj, desembargador Ricardo Alberto Pereira, entre outras autoridades.

Fotos TJRJ

A desembargadora Regina Fábregas Ferreira com os padrinhos Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca Passos, Claudia Telles de Menezes e Suely Lopes Magalhães, e o presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Couto de Castro

O presidente do TJRJ, desembargador Ricardo Couto de Castro, com os desembargadores Carlos Fernando Potyguara Pereira, Antônio da Rocha Lourenço Neto, José Roberto Portugal Compasso e Marcelo Castro Anátocles da Silva Ferreira

A desembargadora Regina Fábregas Ferreira com os padrinhos Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca Passos, Claudia Telles de Menezes e Suely Lopes Magalhães

O desembargador Carlos Fernando Potyguara Pereira com os padrinhos Antônio da Rocha Lourenço Neto, José Roberto Portugal Compasso e Marcelo Castro Anátocles da Silva Ferreira

Cristina Ferreira lança seu livro no Rio

Após destaque no Festival Sesc de Inverno, em Petrópolis, o Rio foi palco do lançamento do livro 'É o dito, Bicho!', da escritora Cristina Ferreira. O evento foi realizado na livraria Pequeno Benjamin, em Ipanema.

Fotos CM

Família reunida, Cristina com o filho João Maurício e o marido Maurício Vicente Ferreira Júnior, diretor do Museu Imperial

O artista plástico Luiz Aquila prestigiando a autora Cristina Ferreira

Sérgio Ferreira da Cunha, do Museu Castelo Ferreira da Cunha, e sua esposa Alice, com a anfitriã Cristina

PINGA-FOGO

■ **ALINHAMENTO DOS ASTROS - A última sexta, 15 de agosto, vai entrar para a história do Rio como uma data na qual o clima de paz voltou a reinar. Uma data de alinhamento planetário que desenha um cenário promissor para a política e o futuro do estado. Há muito tempo em que os sistemas dos astros políticos desenham um mapa astral tão favorável para o futuro do estado.**

■ PRESENTE PARA PAES - O prefeito Eduardo Paes está fazendo as contas e chegou a conclusão que poderá ganhar de presente três vagas para chamar de suas no Tribunal de Contas do Estado. Ele pode repetir o que ocorreu no Tribunal de Contas do Município- TCM, no qual indicou grande parte dos conselheiros. A contabilidade é simples: a vaga de Domingos Brazão vai se arrastar até depois das eleições, a de José Gomes Graciosa e Marco Antônio Alencar dependem de várias variáveis. Todas as três caíram no seu colo por gravidade e por falta de contabilizar os prazos de todos os ritos.

■ **SÃO MARCELO - Ganha um ingresso e visita vip ao Forte de São Marcelo, em Salvador, aquela fortaleza redonda na baía de Todos os Santos, que durante a Guerra dos Farrapos (1835-1845) foi a prisão do líder farroupilha Bento Gonçalves, quem acertar quem indicou um octogenário auditor do ICMS aposentado, para uma das mais importantes inspetorias da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio. Com problema de visão, ele utiliza os serviços de seu filho (que não é funcionário da Sefaz) para usar o seu computador e fazer os despachos fiscalizatórios. A operação realizada esta semana pelo MPRJ raspou na área desta inspetoria.**

■ PAPAI NOEL NEWS - A maturidade política que sobra em Guilherme Schleder, braço direito e esquerdo do prefeito Eduardo Paes e uma das pessoas mais confiáveis da articulação do alcaide, falta ao jovem vereador Silvino Oliveira, a língua solta do Palácio da Cidade e incapaz de guardar segredos. O rapaz de 28 anos, no seu primeiro mandato de vereador, nasceu na noite de Natal em 1997. Distribui segredos como um verdadeiro Papai Noel.

■ **COMPRA DO MASTER APROVADA NA CLDF - Com 14 votos favoráveis e um voto contrário, a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou, na sessão plenária na tarde desta terça-feira (29), a compra do Banco Master pelo Banco de Brasília (BRB). A votação do projeto de lei 1.882/2025 aconteceu de forma rápida após o Governador Ibaneis Rocha enviar projeto com pedido urgência na votação e rito que ocorreu com os parlamentares da base governista, que tem maioria no Legislativo.**

■ O projeto foi defendido pelo próprio presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, reunido por duas horas com os deputados distritais, esclarecendo todas as dúvidas. A Justiça determinou que os deputados fossem ouvidos e, com a aprovação na Câmara, não haverá mais obstáculos para a concretização do negócio que colocará o BRB como uma potência no mercado de varejo e poderá crescer muito além das limitações geográficas do Distrito Federal.

Fernando Molica

A PEC da licença para roubar

Muitos deputados e senadores querem aprovar uma emenda constitucional que dá aos parlamentares o direito de cometer crimes com uma garantia quase absoluta de que não serão punidos. Isso vale para roubo, furto, corrupção ativa ou passiva, tentativa de golpe de Estado, assassinatos.

Pela proposta, que ainda está sendo discutida, voltaria a constar da Constituição a necessidade de que cada casa legislativa — Câmara ou Senado — dê licença para que um de seus integrantes seja processado criminalmente. Sem a autorização, nada de processo, cadeia, advogado, promotor, juízes. Uma espécie de bye, bye, Xandão.

A desculpa para ressuscitar esse absurdo é a defesa das prerrogativas parlamentares. O princípio é até nobre, a garantia de que poderes discricionários não impedirão o exercício de mandatos conferidos pela população; cada parlamentar, afinal, representa um grupo de eleitores. A cassação arbitrária de um deles, e, no limite, sua prisão, representaria assim um atentado à vontade manifestada nas urnas.

Foi essa salvaguarda que, em 1968, permitiu que a Câmara impedisse o regime militar de processar o deputado Márcio Moreira Alves, acusado de desrespeitar as Forças Armadas. A negativa foi o estopim de uma crise institucional que geraria o AI-5 e implantaria a ditadura ampla, geral e irrestrita.

O problema é dar a um parlamentar o direito à impunidade, ainda mais depois que o Congresso Nacional se transformou numa espécie de gastador-geral da República, deu a si mesmo o direito de determinar gastos bilionários via emendas parlamentares.

O mecanismo, como indicam investigações da Polícia Federal, várias reportagens e processos do Supremo Tribunal Federal, facilitou o desvio de recursos públicos. Os descaminhos da administração pública brasileira permitem não apenas que um político apadrinhe uma obra, mas que vire seu sócio.

Será muito difícil que, imbuídos por um evidente corporativismo, deputados e senadores aprovem a abertura de processos contra colegas suspeitos de desvio de emendas ou relacionados à prática de rachadinhas: nunca se sabe quem será o próximo a ser acusado, não é mesmo?

Além do mais, o caso do deputado estadual Renato Freitas, do PT do Paraná, mostra que a perseguição às prerrogativas parlamentares pode partir dos próprios colegas. Ele chegou a ter seu mandato de vereador cassado pelos próprios colegas por ter participado de um ato anti-racismo numa igreja da cidade.

Eleito deputado estadual, ele foi vítima de uma nova punição: teve seu mandato suspenso por 30 dias, de novo por seus próprios colegas, sob a acusação de ter facilitado a entrada de manifestantes no prédio da Assembleia em 2024. A punição foi corroborada pela presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargadora Lidia Maejima, que anulou liminar obtida pelo deputado para suspender a medida.

O novo ataque a Freitas indica a possibilidade de uma espécie de orquestração parlamentar para impedir a manifestação de voz discordante da maioria, o que representa um ataque direto às prerrogativas do deputado e, mais, impede a representação de uma parcela relevante dos eleitores paranaenses.

É até justo que parlamentares queriam detalhar sua inviolabilidade constitucional em relação a opiniões, palavras e votos, ainda que alguns deles tentam usar esse direito não para defender posições políticas, mas para x ofender — não é razoável que alguém tenha o direito de xingar a mãe alheia. Mas é um tema que merece discussão.

O fim do foro privilegiado é outro assunto que deve ser trabalhado, apesar do oportunismo de bolsonaristas que querem apressá-lo para livrar a cara de acusados pela tentativa de golpe. Mas é complicado admitir que, numa república, uns tantos — e não são poucos — escapem do processo judicial normal. Mas não dá para aprovar o direito à impunidade, algo que, na prática, pode virar uma licença para roubar.